

ARTIGOS

CONCLAP: estágio superior da militância político-empresarial no Brasil (1959-1964)

Renato Luís do Couto Neto e Lemos¹

“Eu não sou eu; eu somos nós”²: o Conselho das Classes Produtoras de São Paulo

Já em inícios do regime democrático estabelecido no Brasil em 1946, poderosos segmentos empresariais começaram a manifestar publicamente insatisfação com os instrumentos de defesa dos seus interesses econômicos. A transição de regime político não implicou mudanças significativas nas estruturas de representação classista, que permaneceu corporativista. Mas propiciou alterações importantes nas condições da luta de classes no país, ao estabelecer o voto como referencial de legitimidade do poder no plano do Estado e ensejar a preponderância política de uma aliança de classes que incluía setores da classe trabalhadora.³ Limitado eleitoralmente pelo seu caráter liberal elitista, o empresariado procurou outros meios de satisfazer os seus interesses econômicos e perspectivas ideológicas.

Uma narrativa empresarial dá conta de que desde os anos 1930 dirigentes de entidades representativas das “classes produtoras” vinham tentando uma “ação conjunta em face de problemas econômicos, sociais e, mesmo, *cívicos*” que afetassem os seus interesses.⁴ Contudo, muitas deliberações de reuniões amplas eram postergadas, e os dirigentes empresariais entendiam que isso se devia à “ausência de um elemento centralizador, permanente”, que as executasse.

Em 1951, Francisco Malta Cardoso, presidente da Sociedade Rural Brasileira, defendeu a criação de um “conselho das classes produtoras rurais” como meio para conseguir a elaboração de políticas que atendessem melhor às necessidades do setor. Seria “uma espécie de conselho” em que, sob a presidência do governo federal, as “classes produtoras” teriam participação “integral, deliberativa e executiva”.⁵ O papel reservado ao governo federal indica que se tratava, ainda, de uma perspectiva associada ao corporativismo.

Um projeto em curso no Congresso Nacional no ano seguinte mobilizou, especialmente, os empresários do comércio: a participação dos empregados nos lucros das empresas. A Associação Comercial do Paraná propôs uma reunião de representantes

¹ Professor do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² Discurso de João Di Pietro ao ser empossado presidente da ACSP, em 27 de fevereiro de 1956. *Revista da Associação Comercial*, Rio de Janeiro, 10 de março de 1956, p. 4.

³ Ver WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁴ *Correio Paulistano*, 28.5.1953, p. 8. Grifo meu.

⁵ *Correio Paulistano*, 18.2.1951, Primeira Seção, p. 9.

das “classes produtoras” de todos os estados sobre a proposta, “acentuando que a mesma representaria a ruína da economia nacional”.⁶

Além de fator de custo, os trabalhadores eram vistos pelos empresários como potencial fator de ameaça à ordem capitalista, se deixados aos influxos da “propaganda comunista”. Esta perspectiva os aproximava de militares. Em fins de 1952, o general Osvaldo Cordeiro de Farias, comandante da Escola Superior de Guerra (ESG), proferiu um discurso de despedida em que pontificava sobre a “ameaça comunista”:

Por sua ‘atividade técnica’, disciplina, coesão, seu poder de penetração e de exploração, de todos os fatos e circunstâncias, na luta por alcançar lugares-chaves, apesar, muitas vezes, de seu pouco valor, agindo de baixo para cima, deturpando, mentindo, examinando unilateralmente todos os problemas do país (...), dirigindo-se aos interesses materiais das diferentes camadas sociais, criando e fomentando a luta de classes, quando em lugares especiais, propícios, não dão origem a questões tendentes à desmoralização do regime e do governo.⁷

Imediatamente, o general recebeu um telegrama de apoio da parte de Rui Gomes de Almeida, presidente da Federação das Associações Comerciais e da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Expressando “irrestrito aplauso” ao discurso, entendido como um “*brado de alerta contra a insidiosa infiltração bolchevista em todos os setores da vida brasileira, o empresário exigiu pronta e enérgica reação para a salvaguarda das instituições democráticas*”.⁸

A contrarrevolução preventiva exigia, também, a adoção de estratégias mais sutis. Neste sentido, colaboravam dirigentes sindicais afinados com empresários. Foi significativa a participação de Deocleciano de Hollanda Cavalcanti – presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) – e Ary Campista – presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Farmacêuticos, de Sabão e Velas, de Produtos Químicos para Fins Industriais e Perfumarias e Artigos de Toucador do Rio de Janeiro⁹ – como convidados, em reunião da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ) realizada em maio de 1953.

Na ocasião, foi lido um documento¹⁰ em que se fazia um “apelo aos empregados e empregadores” visando à harmonização das relações de classe no processo produtivo. Cavalcanti informou que fizera, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), “*um apelo aos industriais presentes, com apoio unânime de todos, no sentido da conjugação de esforços entre trabalhadores e empregadores para a solução de tão vitais problemas do país*”. Segundo ele, “*elementos estranhos*” vinham procurando

⁶ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8.2. 1952.

⁷ *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 8, 9 e 10.2.1952.

⁸ *Tribuna Imprensa*, Rio de Janeiro, 12.12.1952, p. 10.

⁹ Por sua prática sindical de tendência conciliatória com os patrões e a burocracia sindical, ambos os ficariam conhecidos como “pelegos”. Consultar os respectivos verbetes em

<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>

¹⁰ Ata a Reunião do Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, realizada em 18 de maio de 1953. A fonte não informa a autoria e a data do documento.

“*quebrar a harmonia social*” e as duas classes deviam se “*unir para esclarecer a situação, pois, isoladas, nem uma nem outra conseguiu obter sucesso*”.¹¹

Mobilizados pelo agravamento dos problemas atravessados pela economia nacional, os dirigentes das entidades das “classes produtoras” de São Paulo vinham articulando um plano de ação conjunta. Em reunião realizada em 1953 na Federação do Comércio de São Paulo, Luiz Roberto Vidigal, presidente da entidade, historiou tentativas anteriores para constituição de um

conselho das classes produtoras, ideia levantada em Araxá pelo sr. Paulo Ayres Filho, delegado da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, bem como o pronunciamento em ocasiões diversas manifestados por diversos representantes do comércio, como os srs. Mário Paciullo e João Di Pietro.¹²

O objetivo era constituir um conselho “*no qual se encontrassem e executassem pontos de vista comuns às diversas categorias econômicas e setores da produção, inclusive organizando planos de ordem privada ou que fossem encaminhados aos Poderes Públicos*”. Mário de Almeida Braga registrou que o plano era o

começo de execução da antiga aspiração de unir as classes produtoras, dentro de São Paulo – esperando que mais tarde se possa dizer o mesmo com referência à órbita nacional – com o escopo de debater e executar, em ação conjugada, as diretrizes gerais de uma economia que realmente consulte aos interesses estaduais e do País.¹³

Em reunião realizada em novembro na sede da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, os diretores das entidades das “classes produtoras” fizeram uma avaliação preliminar das medidas baixadas pelo governo federal nos campos econômico, financeiro e tributário e, “*de modo especial, a mensagem referente ao imposto sobre os lucros extraordinários*”. Concluiu-se que era necessária “*uma ação conjunta das entidades das classes produtoras do Estado*”.¹⁴

Aberta a conjuntura eleitoral de 1954. Carlos Brandão de Oliveira, presidente da Federação das Associações Comerciais do Brasil, anunciou que iria dirigir-se às entidades filiadas “*sugerindo a interferência das classes produtoras nos pleitos*”. A entidade estaria preparando um balanço das atividades dos parlamentares no Congresso para servir de orientação do eleitorado, “*indicando quais os representantes do povo naquelas Casas legislativas que merecem ser reeleitos*”. Na mesma reunião, foi proposta por Antônio Osmar Gomes a fundação de um partido político para que as “classes produtoras” elegessem parlamentares de seus quadros.¹⁵

¹¹ Idem.

¹² *Correio Paulistano*, 28.5.1953, p. 8. Grifo meu.

¹³ *O Estado de S. Paulo*, 28.5.1953, p. 11. Grifo meu. Não há outras informações sobre o plano aprovado.

¹⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁵ *O Estado de S. Paulo*, 24.12.1953, p. 1. Em janeiro de 1947, quando das eleições para a Constituinte estadual, o empresariado paulista investiu nas candidaturas de integrantes da Associação Comercial de São Paulo (ACSP). *O Estado de S. Paulo*, 15.1.1947.

Em janeiro de 1954, o jornal *O Estado de S. Paulo* estampou as manchetes “Descontentamento em várias classes” e “A politização das classes produtoras”.¹⁶ A matéria explicava a primeira manchete: “Trabalhadores, funcionários públicos e até mesmo elementos das forças armadas pleiteiam aumento de vencimentos sob a alegação de que subiu assustadoramente o custo de vida”. A outra matéria informava sobre debate havido no Serviço de Defesa e Colaboração Mútua entre Federações Sindicais do Distrito Federal (SERDEF) em torno da necessidade de “politização das classes produtoras”. Uma comissão formada por “representantes do comércio” já elaborara um “estatuto”, prevendo-se a existência de um órgão central e várias comissões estaduais.¹⁷ Milton Freitas de Souza, presidente do SERDEF, informaria ter sido criada no dia 23 de fevereiro, por mais de cem representantes do comércio, dos transportes e da indústria, a União Cívica da Produção Nacional.¹⁸

Na cerimônia de posse da nova diretoria da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), ainda em fevereiro de 1954, o presidente João Di Pietro anunciou a

intenção de esclarecer objetivamente a opinião pública sobre a desorientação da política econômico-financeira do país, sobre a ascendência das correntes demagógicas em relação ao governo federal e sobre a necessidade de se defender intransigentemente o regime da livre iniciativa, a ordem jurídica e o sistema democrático.

Discursou, também, Brasília Machado Neto, presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), afirmando que a Nação estava atravessando “*um momento decisivo, ante problemas que a assoberbam e a maré montante de demagogos de todos os matizes*”. Acentuou que os homens de empresa não estavam “*isentos de culpa, pois, confinados ao âmbito das entidades de classe, têm contribuído para o atual estado de coisas*”.¹⁹ Carlos Brandão de Oliveira destacou a necessidade de contraporem-se os homens de empresa a dois males que estariam “*minando o organismo econômico brasileiro, como são o nacionalismo estreito e a estatização crescente*”. Conclamou “as classes produtoras” a unirem “*os seus esforços, opondo um dique ao intervencionismo estatal e esclarecendo a opinião pública para que se desfaça o estreito nacionalismo que tem predominado na solução de muitos problemas*”.²⁰

Diante da diretoria da Federação do Comércio de São Paulo, Brasília Machado Neto declarou que os membros das “classes produtoras” não poderiam mais “*continuar limitando seus anseios aos textos das recomendações de seus congressos e a sua ação nos órgãos deliberantes não deverá faltar dentro da conjuntura nacional e mundial, sendo eles os criadores das riquezas do país*”. Argumentou que “*todas as demais classes se faziam representar nas camadas legislativas, inclusive os trabalhadores, cujo processo de politização se vem desenvolvendo em ritmo acelerado*”. O movimento das “classes produtoras” para colocar representantes em cargos legislativos teria um

¹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 27.1.1954, p. 1.

¹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 18.2.1954, p. 12.

¹⁸ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24.2.1954, p. 9.

¹⁹ Idem, *ibidem*.

²⁰ Idem, *ibidem*.

propósito construtivo, não oposicionista, objetivando o combate ao pauperismo e a democracia econômica, “*como corolário da democracia política e justiça social*”.²¹

Neste mesmo dia, registrava-se a organização da União Cívica da Produção Nacional por “*elementos de destaque do comércio, da indústria e da lavoura*” como “*organismo político das classes produtoras, que prosseguem na sua campanha visando eleger para as casas legislativas seus legítimos representantes*”.²² Em reunião do SERDEF, o secretário-geral Alcebíades Antongini afirmou que devido ao fato de ter chegado o momento em que o comércio, a indústria e a agricultura passavam a ter que “*lutar contra o seu próprio aniquilamento, intervindo direta e ostensivamente na vida política da Nação, em defesa não somente dos seus interesses como do próprio regime constitucional*”.²³ Concebida com caráter político, deveria transformar-se em.²⁴ Parece, contudo, não ter ido muito longe neste rumo.

Em São Paulo, o poderoso segmento empresarial se articulava para elevar o seu grau de organização. Em setembro de 1954, Emílio Lang Júnior, presidente do Conselho de Associações Filiadas à Associação Comercial de São Paulo, informou estar em andamento “*a criação de um Conselho das Classes Produtoras, destinado a apontar ao poder público o melhor caminho para a constituição de normas consentâneas com a realidade brasileira*”.²⁵ Um ano depois, Paulo de Almeida Barbosa sustentou na Federação do Comércio do Estado de São Paulo que não havia lugar na estrutura política para as “*forças econômicas*” se “*manifestarem constitucional e legalmente*” e que era necessário criar em São Paulo o Conselho das Classes Produtoras.²⁶ Por sua vez, Clóvis Salles Santos, presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo (FARESP), propôs, em outubro de 1955, que fosse “*reavivada a velha ideia da criação do Conselho das Classes Produtoras de São Paulo*”, cabendo à FIESP convocar uma reunião para detalhar a ideia.²⁷

O encontro aconteceu em 14 de outubro, quando decidiu-se que o futuro órgão se chamaria Conselho das Classes Produtoras Paulistas e deveria promover a unificação dos pontos de vista das “*classes produtoras*” do estado, “*em favor do engrandecimento de São Paulo e do Brasil*”. Haveria uma presidência rotativa, com mandatos de três meses, a começar com o presidente da entidade mais antiga, prosseguindo o rodízio de acordo com o critério de antiguidade.²⁸

O Conselho pretendia ser, basicamente, colaborativo. Reuniões com autoridades públicas e a divulgação de memoriais e manifestos seriam os meios adotados em defesa dos interesses empresariais. A sua primeira intervenção política

²¹ *O Estado de S. Paulo*, 31.3.1954, p. 4.

²² Idem, ibidem; *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 31.3.1954, p. 2

²³ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13.5.1954, p. 2.

²⁴ *Última Hora*, Rio de Janeiro, 13.5.1954.

²⁵ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9.9. 1954, p. 8.

²⁶ *Correio Paulistano*, 2.9.1955, p. 9.

²⁷ *Correio Paulistano*, 7.10.1955, p. 9.

²⁸ *Correio Paulistano*, 14.10.1955, Segundo caderno, p. 2.

pública aconteceu um mês depois, quando foi entregue ao presidente eleito Juscelino Kubitschek um memorial com avaliações de problemas nacionais solicitadas por ele.²⁹

A formulação da linha de ação política da militância empresarial recebeu expressiva contribuição de João Di Pietro. Ao tomar posse de mais um mandato de presidente da ACSP, em fevereiro de 1956, explicou que a mentalidade dos “homens de empresa” de São Paulo havia evoluído e isso se refletia na ação das suas entidades representativas. O “homem de empresa” paulista desenvolvera um sentimento que ia além da reivindicação de direitos: “*Sentimo-nos (...) como elite carregada de obrigações e responsabilidades perante o corpo social de que fazemos parte*” e credenciados a opinar sobre todos os problemas nacionais, fosse para elogiar ou para criticar os governos, fosse ou não solicitado o seu parecer.

A antiga aspiração de um Conselho das Classes Produtoras de São Paulo, capaz de unificar nossas vozes e imprimir diretriz coerente aos nossos esforços, constitui hoje esplêndida realidade e a mim foi reservada a ventura de colaborar nessa obra de união e fraternidade entre a lavoura, a indústria e o comércio deste estado. Graças ao Conselho, ao nos dirigirmos à Nação ou aos governos, pode agora cada um de nós dizer, como alguém dizia: ‘eu não sou eu; eu somos nós’.³⁰

Menos de um ano depois de fundado, o Conselho das Classes Produtoras de São Paulo já atuava como grupo de pressão. Em janeiro de 1957, decidiu retornar à presença de Kubitschek para “*reclamar as providências consubstanciadas num memorando que lhe fora entregue em dezembro de 1955, em São Paulo*”.³¹ Em agosto, entregou-se ao presidente um ofício sobre a “*gravidade da situação econômico-social de São Paulo*”, solicitando uma audiência para discutir o assunto. O memorial teve impacto significativo no cenário político estadual. O *Estado de S. Paulo*³² e a bancada paulista no Congresso Nacional o apoiaram.³³

O avanço da ideia de organizar uma entidade para coordenar as atividades políticas das “classes produtoras” foi notável em 1958, perceptível nos trabalhos da XII Mesa-Redonda da Federação das Associações Comerciais do Brasil, realizada em abril no Rio de Janeiro. Entre outras propostas, recomendou-se que fossem criadas “*entidades de cúpula para congregar o comércio, a indústria e o ruralismo e o Conselho das Classes Produtoras nos estados e o Conselho Nacional das Classes Produtoras com sede no Rio*”.³⁴

Em 27 de fevereiro de 1959, dirigentes do Conselho das Classes Produtoras de São Paulo entregaram ao presidente Kubitschek novo memorial sobre a conjuntura econômica nacional. O documento afirmava que o governo tinha conhecimento da situação e advertia:

²⁹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22.12.1955, Primeiro caderno, p. 4 e 1.1.1956, p. 1.

³⁰ *Revista da Associação Comercial*, Rio de Janeiro, 10.3.1956, p. 4.

³¹ *O Estado de S. Paulo*, 25.1.1957, p. 11.

³² *O Estado de S. Paulo*, 11.9.1957, p. 19.

³³ *Correio Paulistano*, 18.9.1957, p. 10.

³⁴ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25.4.1958, p. 13 e 16.

Chegou um momento, porém, em que qualquer adiamento na adoção das indispensáveis providências no campo econômico, tendentes a eliminar as dificuldades que nele se instauraram, pode conduzir a um dramático agravamento da situação com os *correlatos reflexos na ordem social e política*.³⁵

Alguns dias depois, o jornal *O Estado de S. Paulo* endossou em editorial a advertência, apontando a “*efervescência social reinante em todo o País*”, que atribuía à “*política de inconsciência do Catete*”, que ignoraria a gravidade da crise. Os protestos contra a alta do custo de vida, “*formulados num tom inabitual*”, estariam revelando que já não eram apenas as massas que se impacientavam: as próprias autoridades, “*apercebendo-se da desordem geral e da indiferença com que o governo federal encara os problemas fundamentais da Nação, saíram do seu mutismo para unir as suas vozes às do povo, exigindo que se ponha um paradeiro à atual situação*”. A matéria fechava com um prognóstico ameaçador:

Ou o Catete muda imediata e radicalmente de orientação ou, mais cedo do que prevíamos, terá de recorrer aos tanques e às metralhadoras do sr. marechal Lott para conter o legítimo e irreprimível grito de revolta de um povo que se sente vítima dos erros de uma administração caótica e de um governo incapaz.³⁶

O Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP)

A esta altura, as “classes produtoras” cariocas também formulavam objetivos de militância política empresarial. Em 16 de junho de 1959, Jorge Bhering de Oliveira Mattos – empresário da indústria alimentícia e dos setores imobiliário e bancário – informou, em reunião da diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ), já estar “assentada” a criação do Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP).³⁷ Uma semana depois, apresentou a ideia da criação de um “*organismo de cúpula que reuniria as entidades civis da indústria, do comércio, dos bancos, dos seguradores e da agricultura, a fim de examinar e fixar diretrizes com relação aos problemas comuns*”. A proposta foi aprovada por unanimidade. No dia 30, em reunião do Conselho Deliberativo do CIRJ, relatou-se como funcionaria o CONCLAP. Informou-se que fora elaborado “*um projeto de regulamento já apresentado à consideração das outras entidades representativas das classes produtoras*”. A presidência seria rotativa, com mandato de um ano, a iniciar-se sempre em julho, devendo a primeira gestão caber à Associação Comercial do Rio de Janeiro. O projeto também foi aprovado unanimemente.³⁸

³⁵ *O Estado de S. Paulo*, 1.3.1959, p. 13. Grifo meu.

³⁶ *O Estado de S. Paulo*, 3.3.1959, p. 3. A referência ao marechal Lott diz respeito à operação militar por ele liderada em novembro de 1955 para garantir a posse de Juscelino Kubitschek na Presidência da República.

³⁷ Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, em 16.6.1959.

³⁸ Ata da Reunião do Conselho Deliberativo do Centro Industrial do Rio de Janeiro, em 30.6.1959.

O projeto foi apresentado por Jorge Mattos ao Conselho Diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro em 8 de julho, dando conhecimento da proposta de “instrumento convencional” da nova entidade. Observe-se que o documento se referia ao CONCLAP como Conselho das Classes Produtoras do Rio de Janeiro, o que, provavelmente, contribuiu para a confusão que viria a ser feita com o Conselho das Classes Produtoras do Estado de São Paulo.³⁹ Phillippe Schmitter,⁴⁰ primeiro a discutir a entidade, atribuiu a sigla CONCLAP também ao órgão paulista, que, no entanto, nunca a ostentou. René Dreifuss,⁴¹ baseado-se nele, reproduziu o equívoco, que se tem disseminado na literatura acadêmica.⁴²

A Diretoria do CIRJ discutiu, em 14 de julho, propostas a serem apresentadas na reunião preparatória da sessão de instalação do CONCLAP. Destaque-se a que garantia acesso ao CONCLAP a todas as entidades civis de empregados.⁴³ À instalação do CONCLAP, dois dias depois, fizeram-se representar as seguintes entidades classistas patronais: Centro Industrial do Rio de Janeiro, Confederação Rural Brasileira, Associação Comercial do Rio de Janeiro, Associação de Banqueiros, Federação das Indústrias do Distrito Federal, Associação Rodoviária do Brasil, Centro de Estudos de Seguros e Centro de Navegação. Pelos trabalhadores, a Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro.

Algumas premissas ideológicas orientariam a militância política empresarial do CONCLAP. A começar, a de que a luta de classes já seria uma “ideia superada” e empresários e empregados teriam uma “bandeira comum”: a do desenvolvimento econômico. As reivindicações sociais estariam sendo substituídas pelas “*reivindicações nacionais dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, em face aos países de economia dominante, altamente industrializados*”.⁴⁴ Não se reconheceria a existência de padrões e empregados, mas, de “*empresadores e empresados, nivelados no mesmo plano, para discutirem em ambiente de calma, livre de qualquer intervenção estranha, seus problemas comuns*”.⁴⁵ O CONCLAP associava-se, também, à bandeira liberal de defesa da “livre iniciativa” e luta contra a “hipertrofia do Estado” para conservar “*a liberdade individual, que é o cerne mesmo das nossas aspirações, desde que o Brasil se formou como nação independente*”.⁴⁶

O CONCLAP, como o seu similar paulista, faria o acompanhamento das políticas públicas dos governos em todos os níveis, em torno de temas como crédito, abastecimento e custo de vida, política salarial, previdência social, direito de greve e

³⁹ *Revista da Associação Comercial*, Rio de Janeiro, 15.8.1959, p. 73-75.

⁴⁰ SCHMITTER, Phillippe C. *Interest Conflict and Political Change in Brazil*. Stanford (CA): Stanford University Press, 1971.

⁴¹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

⁴² Ver MOREIRA, Fernanda Teixeira. *O partido do empresariado: o IPÊS-SP, os empresários paulistas e a construção de consenso na década de 1960*. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2019.

⁴³ Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, em 14 de julho de 1959.

⁴⁴ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 19.7.1959, p. 4.

⁴⁵ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 27-28.7.1959, Primeiro caderno, p. 8.

⁴⁶ O CONCLAP e a hipertrofia do Estado. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22.7.1959, transcrito na *Revista da Associação Comercial*, Rio de Janeiro, 15.8.1959, p. 31-32.

analfabetismo.⁴⁷ Contudo, a sua postura seria mais agressiva, colocando-se como grupo de intervenção política, especialmente diante de questões críticas da conjuntura, como a defesa da participação do capital estrangeiro na economia nacional, a resistência à reforma agrária, a oposição à existência da Petrobrás e a denúncia da infiltração comunista no governo federal. A intervenção política do CONCLAP se faria em muitas áreas, destacadamente, a estudantil e a sindical, o Parlamento, o governo, a imprensa, o rádio e a televisão. O instrumento criado para isto foi a Comissão do Bem Comum, que pontificou na defesa do capital estrangeiro e carregou para a entidade vultosos recursos, de origem nem sempre muito clara.

Segundo informações apuradas pela União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro, empenhada em denunciar as atividades do CONCLAP no meio estudantil,⁴⁸ a Comissão do Bem Comum tinha uma organização voltada para a ação política. A sua estrutura sugere a emergência de um padrão organizativo entre os empresários politicamente mobilizados. Era muito semelhante à adotada pelo CIRJ – também concebida por Jorge Mattos – e à que seria implantada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), criado em fins de 1961 por iniciativa de empresários de São Paulo e Rio de Janeiro, inclusive o próprio Jorge Mattos. Compunha-se de um presidente e quatro grupos de trabalho, denominados “núcleos” e cada qual sob a responsabilidade de um diretor.

O Núcleo de Pesquisa Social e Informação seria responsável por *“coletar dados e informações concernentes a forças contrárias à livre empresa, planos e estudos e processos de contra-ação [sic]”*. Ao Núcleo de Pesquisas Econômicas e Orientação, composto de *“técnicos identificados com os princípios da livre empresa”* caberia *“estudar e dirigir pesquisas sobre as soluções propostas pelo governo e órgãos paraestatais, incluindo legislação contrária e coercitiva à livre empresa”*, bem como *“formular conclusões para esclarecer a opinião pública sobre o perigo que estas instituições representam para o bem público”*. Quanto ao Núcleo de Informações e Propaganda, seria integrado por *“elementos treinados na ideologia adotada pelo CONCLAP, para estudar, preparar e promover campanhas aprovadas pela Comissão, através de filmes, rádios, TV, jornais, revistas, material impresso e outros meios, cobrindo todos os campos social, cultural e racial”*. Formaria o Núcleo de Estudos e Orientação (NEO) *“um grupo de homens altamente educados e inteligentes, cuja ideologia é a base dos nossos princípios para o bem comum”* e responsáveis por *“guiar a criação de cursos, tópicos de discussão, explicações de doutrinas e a criação de grupos que, mediante seminários, conferências, discussões e livros, irão esclarecer e preparar a geração futura,⁴⁹ com o conhecimento dos temas da nossa luta”*, além de *“fornecer a necessária informação (...) a fim de combater qualquer ação oposta à livre empresa”*. O NEO seria, ainda, responsável pela elaboração de *“fichários e levantamentos estatísticos nas escolas secundárias e superiores (...) procurando saber,*

⁴⁷ Cf. SCHMITTER, op. cit., e DREIFUSS, op. cit.

⁴⁸ O *Semanário*, Rio de Janeiro, 29.10 /4.11.1960, p. 8.

⁴⁹ Grifo meu. Observe-se a preocupação com a formação ideológica da futura geração de brasileiros, consistente com um projeto de construção de hegemonia.

entre alunos e professores, a percentagem de democratas, comunistas, socialistas, anticapital estrangeiro, pró-ditadura e sem opinião”.

A perspectiva política do CONCLAP logo assumiu, publicamente, um caráter anticomunista contrarrevolucionário preventivo, como perceptível nas palavras de Jorge Mattos. Em evento na Confederação Nacional da Indústria (CNI), ele fez um discurso de advertência à “indústria”, que precisaria “*estar preparada para as dificuldades que ainda estão para chegar e que serão as mais graves da nossa história*” e elencou várias medidas a serem adotadas neste sentido, como: campanha para alfabetização geral dos brasileiros em 10 anos; criação de possibilidade de aquisição da casa própria por todos os que trabalhavam e produziam nas fábricas; clima de segurança social para os empregados; participação direta dos empregados nos lucros das empresas através do aumento da produtividade e extensão do capitalismo “ao povo”, através da disseminação das ações das empresas.⁵⁰

Em 14 de julho de 1961, Jorge Mattos assumiu a presidência do CONCLAP, em cerimônia à qual estiveram presentes o governador da Guanabara Carlos Lacerda e várias “autoridades” civis e militares. Em discurso, sustentou que o CONCLAP tinha de “participar da ação política” para “*fortalecer e aperfeiçoar o sistema democrático, dentro dos princípios da livre iniciativa e do bem comum*”.⁵¹ Os empresários deviam buscar aproximação com os trabalhadores nas empresas, para “*encontrar, dentro dos princípios do bem comum, um entendimento duradouro com os empregados, colaboradores indispensáveis*”. Paralelamente, era preciso “*revitalizar uma classe que vem se diluindo, a classe média, que, pelas suas virtudes e pelo seu nível de cultura, constitui poderoso esteio do sistema democrático*”.⁵²

Em reunião comum de dirigentes da Federação das Indústrias da Guanabara (FIEGA) e do CIRJ, em 21 de novembro de 1961, Jorge Mattos convidou todos os presentes a comparecerem no dia 27 seguinte ao cemitério S. J. Batista para participarem das homenagens que seriam prestadas “*aos mortos do levante comunista, em 1935*”.⁵³ Realizado o ritual anticomunista, no dia seguinte Jorge Mattos informou ter sido criado o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), fazendo um apelo para que todos participassem do órgão, “*colaborando financeiramente, bem como dando o seu apoio pessoal*”.⁵⁴

⁵⁰ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 23.9.1960, Primeiro caderno, p. 5.

⁵¹ *Revista das Classes Produtoras*, Rio de Janeiro, julho de 1961, p. 5-6.

⁵² Idem, *ibidem*.

⁵³ Ata da Reunião dos Conselhos de Representantes da Federação das Indústrias e Deliberativo do Centro Industrial, realizada em 21.11.1961. No dia 8 de dezembro, Jorge Mattos, na condição de presidente do CONCLAP, recebeu telegrama do brigadeiro [Ernani] Pedrosa Hardman em agradecimento pela mensagem a ele enviada, juntamente com o CIRJ e a FIEGA, em apoio ao discurso que pronunciara no cemitério São João Batista em homenagem aos militares defensores do governo mortos durante o episódio conhecido como Intentona Comunista, acontecido na capital federal em 27 de novembro de 1935. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 8.12.1961, 1º caderno, p. 6.

⁵⁴ Ata da Reunião dos Conselhos de Representantes da Federação das Indústrias e Deliberativo do Centro Industrial, realizada em 28.11.1961. Sobre o Ipes, continua insuperada a análise pioneira encontrada em DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*, op. cit.

O lançamento do Ipes se deu quase que simultaneamente à mais explícita declaração de militância política do Conselho das Classes Produtoras de São Paulo, feita em manifesto de 2 de dezembro e levada a público no dia 6. Tratava-se de superar o passado de omissões diante dos debates dos problemas políticos e sociais e empenhar-se na *“luta pela defesa, consolidação e aperfeiçoamento das nossas instituições cristãs e democráticas”*. Cumpria *“afirmar a prevalência da iniciativa privada no campo econômico e da democracia e da liberdade no terreno político”*.⁵⁵

A politização empresarial se evidenciaria, também, durante os trabalhos da II Reunião Plenária das Classes Produtoras, realizada no Rio de Janeiro de 12 a 14 de dezembro. O temário incluía tópicos como: as classes produtoras face aos extremismos; sindicalismo livre; democratização do capital das empresas; habitação popular; reforma agrária; remessa de lucros para o exterior; lei antitruste; mecanismos da formação da opinião pública e livre iniciativa. O ipesiano Rui Gomes de Almeida, principal organizador do evento, explicou a abordagem política que seria assumida:

Os problemas políticos serão naturalmente estudados, pois representam uma importante faceta do quadro econômico, porém sem partidarismos e segundo uma ótica centrista, uma vez que os extremismos, quer de direita quer de esquerda, já demonstraram, sobejamente, as suas consequências maléficas.⁵⁶

A nova faceta política da militância empresarial é perceptível na sua ramificação para setores não diretamente econômicos, como o educacional, envolvendo, também, o CONCLAP e o Ipes. Em 22 de fevereiro de 1962, o CIRJ recebeu como convidado à sua reunião de diretoria o professor Carlos Alberto Del Castilho, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em palestra sobre a estratégia que os empresários deveriam adotar no sentido de combater o comunismo no meio universitário, o convidado apresentou um plano da ação a ser desenvolvido pelos estudantes, com a organização de seminários em que se demonstraria, entre outros pontos, *“o que é o trabalho nos meios soviéticos, no meio intelectual e universitário”*. Enfatizou-se, ainda, *“a necessidade de se dirigir esta campanha no sentido da orientação da juventude nas universidades”*, fazendo o palestrante um *“apelo veemente aos srs. industriais no sentido de que contribuam para custear essa ação que será iniciada imediatamente”*.

A Diretoria do CIRJ recebeu bem a proposta, porque se enquadrava *“perfeitamente na orientação traçada pelo Ipes”*. Deliberou-se, então, que se *“solicitasse àquele organismo a verba necessária para atender ao programa sugerido pelo prof. Del Castilho, ficando atribuído ao presidente o encargo de levar o assunto ao Conselho do Ipes”*.⁵⁷ Cerca de vinte dias depois, Jorge Mattos voltou ao assunto na reunião da diretoria do CIRJ, solicitando que a entidade adotasse *“providências imediatas para obter recursos adicionais”* que lhe permitissem *“realizar um programa objetivo no que concerne a uma tomada de posição da indústria com relação à defesa*

⁵⁵ *O Estado de S. Paulo*, 8.12.1961, p. 26.

⁵⁶ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10.12.1961, 6º caderno, p. 2.

⁵⁷ Ata da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, em 22.2.1962.

da iniciativa privada e das instituições democráticas”.⁵⁸ Por proposta do ipesiano Guilherme Levy, resolveu-se formar uma comissão para

redigir um ofício dirigido às empresas, que seria entregue em mãos por pequeno grupo de diretores que se organizariam para visitar as companhias que não estejam contribuindo para o Ipes, dando-se prioridade, naturalmente, àquelas que compareceram à reunião convocada pelo Centro em dezembro último. Em seguida, seriam procuradas as que, tendo sido convocadas numa lista de cem, não compareceram.⁵⁹

A ação política dos “*representantes das classes produtoras*” incluía o movimento sindical entre os seus alvos prioritários. As tentativas patronais de obter a divisão do movimento sindical brasileiro⁶⁰ foram denunciadas por um jornal do Partido Comunista Brasileiro (PCB),⁶¹ que apontou a criação do Movimento Sindical Democrático e Livre em São Paulo como uma tentativa de “*criar confusão e dificuldades à luta reivindicatória dos trabalhadores*”:

Os pelegos e traidores vão sendo sistematicamente desmascarados e varridos dos postos que ocupavam nas organizações sindicais, à custa dos manejos da polícia e do apoio do Ministério do Trabalho, são obrigados a organizar pública e ostensivamente um movimento divisionista, titulado com nomes pomposos. (...)

Foram obrigados a criar uma aglomeração sem nenhuma militância efetiva, sob vários nomes, para justificar as verbas do Ponto IV, da campanha anticomunista financiada pelo CONCLAP, da Aliança para o Progresso e dos recursos financeiros da CIOSL-ORIT.⁶²

O CONCLAP pugnava, também, em defesa da propriedade rural. Em 13 de junho de 1963, enviou telegrama aos líderes de partidos na Câmara dos Deputados e aos senadores condenando o projeto de Milton Campos (União Democrática Nacional -MG) sobre a reforma agrária, classificado de “*totalmente inaceitável para as classes produtoras*”.⁶³ Na mesma data, a imprensa noticiou que o CONCLAP solicitaria ao presidente João Goulart (1961-1964) uma audiência para expor o seu ponto de vista sobre a reforma agrária, já que a entidade desejava “*uma solução harmoniosa e conciliatória, capaz de atender efetivamente ao interesse nacional e ao desenvolvimento natural da economia brasileira*”.⁶⁴

Ainda em julho, o ipesiano Alberto Byington Jr., presidente da Associação Rodoviária do Brasil, assumiu a presidência do CONCLAP.⁶⁵ Em seu discurso de posse, fez uma longa explanação sobre a entidade e os seus objetivos e denunciou a “tremenda

⁵⁸ Ata da reunião da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, em 12.4.1962.

⁵⁹ Ata da reunião da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, em 12.4.1962.

⁶⁰ Cf. DREIFUSS, op. cit.

⁶¹ MORENA, Roberto. Encontro divisionista. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 17-23 de agosto de 1962, p. 2.

⁶² Ver as entidades citadas em DREIFUSS, op. cit.

⁶³ *A Noite*, Rio de Janeiro, 14.7.1963. p. 7.

⁶⁴ Idem, *ibidem*.

⁶⁵ *Revista das Classes Produtoras*, Rio de Janeiro, agosto de 1963, p. 38-40.

campanha” contra a “iniciativa particular” que estaria sendo desenvolvida no Brasil. Entendia que, em face de tais ataques, era preciso que as “classes produtoras” se unissem para enfrentá-los, **“não só enfrentá-los de maneira defensiva, mas, ao revés, de forma ostensiva e direta perante a opinião pública, esclarecendo-a no sentido de que só a livre iniciativa atende ao seu interesse, que é o interesse de todos, o interesse nacional”**.⁶⁶

A “forma ostensiva e direta” ganharia corpo em 10 de março de 1964, quando se realizou a Convenção Nacional das Classes Produtoras, às vésperas do comício marcado pelo governo federal para o dia 13, que ficaria conhecido como Comício da Central.⁶⁷ Instalada a Convenção na sede da Associação Comercial do Rio de Janeiro, a mesa diretora foi presidida por Rui Gomes de Almeida e integrada pelos presidentes da Confederação Nacional da Indústria, da Confederação Nacional do Comércio, da Confederação Rural Brasileira e do CONCLAP e pelo ex-ministro Daniel de Carvalho.



Mesa diretora da Reunião das Classes Produtoras vendo-se da esq/dir. os senhores Haroldo Cavalcanti, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Charles Edgar Moritz, Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Iris Meinberg, Presidente da Confederação Rural Brasileira; Rui Gomes de Almeida, Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil; Alberto Byington Jr., Presidente do CONCLAP e Daniel de Carvalho.

Revista das Classes Produtoras, Rio de Janeiro, março de 1964.

Abrindo os trabalhos, Rui Gomes de Almeida informou pretender que o documento que ali fosse produzido não deveria *“adormecer em gavetas, como ocorreu com outras sugestões encaminhadas por entidades das classes produtoras ao Governo Federal”*. Afirmou que o cenário nacional apresentava uma *“subversão generalizada, em que homens notoriamente comunistas (...) têm decisiva influência no Governo, enquanto este não leva em consideração as sugestões das classes produtoras”*.

Foi elevado o grau de chamamento à violência contra o governo federal presente em vários pronunciamentos alarmistas. Jorge Correia Siqueira, comerciante e industrial de Recife, afirmou que *“a estatização e a comunização”* obrigavam as classes produtoras a se unirem. A situação em Pernambuco seria *“gravíssima, ilustrada pelas barricadas que se veem às portas dos engenhos”*, e da sobrevivência da democracia em

⁶⁶ Idem, *ibidem*. Grifo meu.

⁶⁷ Entre as medidas que o presidente João Goulart deveria anunciar no evento estava o decreto preparado pela SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária), que declarava sujeitas a desapropriação propriedades rurais subutilizadas, e a encampação de refinarias de petróleo particulares. Consultar MELO, Demian Bezerra de. O Comício da Central: o Rio e as reformas de Jango. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, 1º sem. 2014, p. 10-29.

seu estado dependia a sobrevivência da liberdade no Brasil.⁶⁸ Rui Gomes de Almeida havia preparado uma proposta de documento final em que o governo federal era condenado por falta de autoridade, pelo processo inflacionário, pela estatização crescente, pela carência de infraestrutura e pelo enfraquecimento do sistema federativo. Contudo, o ipesiano Jorge Oscar de Mello Flores defendeu que a declaração fosse mais sintética e “*rigorosa na sua objetividade*”. Ela deveria conter um “*protesto contra atos cuja execução vem sendo divulgada, como a assinatura do decreto da SUPRA e a encampação de refinarias particulares*”. Também pedindo uma ação mais incisiva, Paulo de Almeida Barbosa, presidente da ACSP, fez violento discurso contra a subversão e “*conclamou as classes produtoras à união, para a salvação das instituições.*”

A intervenção mais determinada foi, contudo, a de Jorge Mattos. Afirmou que as declarações e sugestões das “classes produtoras” estavam sendo tratadas pelo Governo Federal “*como pedaços de papel sem valor*” e que era “*preciso dar-lhes uma força com uma vigorosa ação política*”. A situação era tão grave que se tornava necessária a “*própria defesa material das instituições*”: “*criar núcleos de bairros, ensinar nossas esposas e filhos a atirar e nos preparar para enfrentar a ação comunista, ação que leva ônibus e veículos do DNER e da Petrobrás a transportarem invasores de fazendas*”. Havia “*grande número de comunistas na Guanabara*” e eles tinham organizado um plano de ação que previa a “*imediate invasão de terras ao longo da Rio-Bahia, por grupos já colocados estrategicamente*”, logo que fosse assinado o decreto da SUPRA. Entre outras denúncias sobre a situação da luta de classes no campo, Francisco Falcão, da Associação dos Plantadores de Cana de Pernambuco, afirmou que os ruralistas ameaçados precisavam “*de auxílio material para enfrentar a ação dos agitadores*”. Em 1963, em Pernambuco, disse, “*tivemos centenas de greves, dezenas de propriedades invadidas e mais de dez mortos em combate. Mas Pernambuco está onde deveria estar – na trincheira*”.

O desfecho das discussões foi a criação do Comando Nacional das Classes Produtoras. Pela primeira vez, as “classes produtoras” renunciavam à forma “conselho” e adotavam a de “comando”, talvez emuladas pela existência do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), criado em 1962 e politicamente muito ativo na conjuntura. Rui Gomes de Almeida exaltou a função política do novo instrumento de militância empresarial com o argumento de que havia muito que os trabalhadores desenvolviam ação política.⁶⁹ Para elaborar a redação final do “*pronunciamento definitivo das classes produtoras*”,⁷⁰ que seria publicado em seguida como Manifesto ao Povo Brasileiro, formou-se uma comissão, integrada por Oscar Schrappe (Associação Comercial do Paraná), Jorge Oscar de Mello Flores (Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara),

⁶⁸ Na primeira metade dos anos 1960, forças conservadoras nacionais e internacionais temiam que o Nordeste brasileiro, dada a situação socioeconômica crítica e o ascenso do movimento dos trabalhadores rurais na região, assistisse à eclosão de um processo revolucionário semelhante ao vitorioso em Cuba em 1959.

⁶⁹ *Revista das Classes Produtoras*, Rio de Janeiro, março de 1964, p. 18-22.

⁷⁰ *O Estado de S. Paulo*, 11 de março de 1964, p. 36.

Jorge Bhering de Oliveira Mattos (CIRJ) e Bento José Ribeiro Dantas ⁷¹– também ipesiano e representante do CIRJ.

A conjuntura política, contudo, se modificou rapidamente. Vinte dias depois, o presidente João Goulart seria deposto. No regime ditatorial que então se iniciaria, entidades como o CONCLAP e o Comando Nacional das Classes Produtoras acabariam por ter esvaziadas as suas funções. Logo após o golpe, entraria em discussão no CIRJ a sua permanência no CONCLAP. Os diretores se dividiram. Realizada a votação, a tese do desligamento venceu por larga maioria.⁷²

A título de conclusão

Por razões de espaço, deixaram de ser feitas no texto do artigo considerações teóricas e historiográficas que, certamente, ampliariam o seu alcance. Algumas indicações conclusivas gerais, contudo, se impõem.

As informações apresentadas caracterizam o CONCLAP claramente como um aparelho privado de hegemonia, pela sua doutrina, modelo organizacional e formas de intervenção na luta política. Da mesma forma, os seus integrantes como intelectuais orgânicos de frações da burguesia carioca, por suas conexões com setores econômicos e por seus programas de ação político-empresarial.

No plano historiográfico, as informações permitem maior aproximação com um objeto apenas tangenciado pela historiografia. O artigo corrige o equívoco em que se costuma incorrer na identificação do CONCLAP. Por fim, evidencia que a entidade constitui um tema de absoluta relevância para os estudos sobre a atuação do empresariado brasileiro no contexto da luta de classes travada no período 1946-1964.

Artigo recebido em 16.8.2021

Aprovado em 19.10.2021

⁷¹ *Revista das Classes Produtoras*, Rio de Janeiro, março de 1964, p. 18-22.

⁷² Ata da reunião conjunta das diretorias do Centro Industrial do Rio de Janeiro e da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, realizada no dia 14 de maio de 1964.